



**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL - GIOPE  
COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO - COMAN**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Registro de preço para aquisição de **sobressalentes dos grupos geradores *Cummins* do VLT e *FG-Wilson* do carro *Pidner* da CBTU/STU-NAT.**

Quanto à natureza do objeto, os itens que o compõem caracterizam-se como **bens comuns**.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. Estoque insuficiente de sobressalentes para eventual reparo dos grupos geradores *Cummins* e inexistência para os grupos geradores *FG-Wilson* dos carros *Pidner*, já que tratam-se de equipamentos recém-reformados, sendo essa a primeira compra de sobressalentes de desgaste;

2.2. Os sistemas já estão com cerca de onze anos de utilização (caso dos VLTs) e podem apresentar falhas em componentes inesperados, por desgaste;

2.3. Durante a vigência da ata, o gestor de manutenção poderá contar com a disponibilidade de vários componentes sobressalentes para reposição caso aconteçam falhas inesperadas;

2.4. Esta compra está no plano estratégico de aquisições da COMAN/STU-NAT para o exercício de 2026;

2.5. Os materiais são essenciais para a continuidade das atividades de manutenção mecânica e elétrica desenvolvidas nos materiais rodantes da CBTU/STU-NAT, sendo necessários para pronta utilização, proporcionando maior eficiência na realização dos serviços envolvendo seu desgaste.

**3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. Os recursos estão devidamente alocados no Plano de Ação da STU-NAT, com dados: N1AAMA01, Natureza de Despesa 33.90.30, IP 30026 para os itens 1,2 e 23 a 28, e IP 30025 para os demais itens;

**4. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS**

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
1	Und	5	Ventilador do radiador. Referência: S4D630BF0304, ebm-papst.
2	Und	3	Tampa superior da caixa de bornes. Referência: 11837-2-2960, ebm-papst.
<b>GRUPO 01 - SOBRESSALENTES PARA GRUPO GERADOR CUMMINS C100D6 DO VLT</b>			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
3	Und	6	Bomba d'água. Referência: 4891252/5294721, Cummins.
4	Und	12	Radiador de água. Referências: 71E017E002O, Cummins/ RI-107, Klausser/ BLC-123679, Indústria de Radiadores Nobre.
5	Und	20	Conector flexível (Redução 4" - 3 1/2"). Referência: 0502-1292, Cummins (Fabricação Mangotex).
6	Und	20	Conector flexível (Redução 3 1/2" - 3"). Referência: 0502-1294, Cummins (Fabricação Mangotex).
7	Und	10	Abraçadeira tipo "T", tucho. Referência: 3926704, Cummins.
8	Und	2	Conjunto Silenciador ("bojo") do escapamento. Referência: C350-0081, Cummins.
9	Und	2	Tubo flexível de aço do escapamento. Referência: 560000683O, Cummins.
10	Und	2	Tubo de exaustão. Referência: 3910993, Cummins.
11	Und	2	Abraçadeira. Referência: 3903652 ou 5331783, Cummins.
12	Und	2	Coletor de escape. Referência: 4946654, Cummins.
13	Und	2	Válvula reguladora/dosadora de combustível da bomba de combustível. Referência: 5257595, Cummins.
14	Und	12	Junta do cabeçote. Referência: 4932209, Cummins.
15	Und	10	Junta da tampa de válvulas (superior) do motor. Referência: 4899228, Cummins (75642ECO-BO Corteco).
16	Und	10	Junta da tampa dos balancins (inferior) do motor. Referência: 4899230, Cummins (75643ECO-BO Corteco).
17	Und	4	Kit de juntas superiores. Referência: 4955356/5306473, Cummins.
18	Und	20	Retentor do virabrequim dianteiro, com guarda pó. Referência: 4890832, Cummins ou 05737, Sabó.
19	Und	12	Vareta de nível de óleo lubrificante. Referência: 4932932, Cummins.
20	Und	40	Arruela de vedação do bujão (M20). Referência: 3287561, Cummins.
21	Und	3	Suporte da polia (base + rolamento) do ventilador. Referência: 3913433 (5260996), Cummins.
22	Und	12	Rolamento do suporte da polia. Referência: 3910739, Cummins.
23	Und	1	Painel controlador/IHM Cummins Power Generation. Referência: POWERCOMMAND HMI 320 (versão mais atualizada em relação à HMI 220, original do equipamento).
24	Und	2	Placa de controle digital PCC 2300 para gerador Cummins.

			Referência: A026N036, Cummins.
25	Und	4	Chicote II. 4944958, Cummins.
26	Und	4	Chicote III. Referência: 3106282, Cummins.
27	Und	12	Contatora relé 24 V DC do motor de partida. Referência: (5269379) 3916302 (120-114751-2), Cummins.
28	Und	5	Ponte retificadora RSK-2001 ( <i>diodos que a compõem a ponte são do tipo ZX25-08</i> ).
<b>GRUPO 02 - SOBRESSAIENTES PARA GRUPO GERADOR FG-WILSON DO CARRO PIDNER</b>			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
29	Und	3	Kit de juntas do motor 2332-1800, Perkins.
30	Und	6	Correia dentada Bx54. Referência: Continental/Gates
31	Und	6	Retentor. Referência: CE18531, John Deere.

## 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Os itens deverão ser de primeiro uso, e, portanto, sem qualquer indício que comprove o contrário;

5.2. Os custos com frete e pagamento integral do ICMS deverão ser incluídos nos preços propostos;

5.3. Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência;

5.4. Considera-se de suma importância o acesso à informação, princípio este garantido pelo Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual, em seu artigo 6º, é direito básico do consumidor ter acesso à "informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem". Os itens a serem adquiridos devem apresentar um mínimo de informações que permitam sua identificação, tanto para uso, como para controle. Além disso, esses dados funcionam como garantia adicional, para saber a quem recorrer em caso de ocorrência de defeitos ou acidentes que possam ter sido causados por falha dos itens. Dessa maneira, exige-se que os produtos fornecidos possuam identificação de fabricante, modelo e especificações de modo legível e indelével, e de fácil leitura. É preferível que essa identificação esteja registrada no próprio material, mas quando não for possível tem que haver identificação na embalagem;

5.5. O recebimento definitivo dos materiais, objeto deste Termo, não exclui a responsabilidade da licitante vencedora quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela CBTU/STU-NAT, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

## 6. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Para os itens 1, 2 e o grupo 1, a CONTRATADA deverá fornecer exclusivamente

**peças originais da fabricante**, tal qual as referências indicadas nas especificações *(pelos motivos apresentados nos Estudos Técnicos Preliminares)* do equipamento, novas, sem uso, não reconcondicionadas ou remanufaturadas.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

7.1. Compete à futura CONTRATADA, no que couber, atender os CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL previstos na Lei 13.303/2016, regulamentada pelo RILC-CBTU, Decreto nº 7.746/2012 e IN SEGES/MPDG nº 05/2017;

7.2. Critérios de sustentabilidade são os métodos utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

7.3. A CONTRATADA deverá, na entrega dos materiais constantes do objeto em voga, atentar para o fiel cumprimento dos critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (art. 7º, da Lei nº 12.305/2010), devendo ser observada, ainda, as regras específicas contidas no RILC-CBTU;

7.4. A CONTRATADA deverá ainda respeitar a Lei nº 12.305/10, que versa sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e seus respectivos instrumentos infralegais.

## **8. PRAZOS EM GERAL**

Deverão ser observados os seguintes prazos:

8.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **12 (DOZE) MESES**, após a assinatura da ata pela CONTRATADA, renováveis por mais **12 (DOZE) MESES**, em havendo saldo no quantitativo de itens, conforme artigo 189 do RILC. Decorridos 12 meses de vigência da Ata de SRP, os preços poderão ser reajustados via índice IPCA, CASO solicitado pela CONTRATADA;

8.2. DA ENTREGA DOS MATERIAIS: **30 (TRINTA) DIAS**, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho à CONTRATADA.

## **9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Diante da criticidade do equipamento no qual serão aplicados os materiais objeto desta compra, será exigida da licitante vencedora atestado de qualificação técnica fornecido (ou direcionado a, no caso de Nota Fiscal) por pessoa jurídica de direito público ou privado **do segmento metroferroviário** comprovando a venda, sem pendências ou fatos que desabonem conduta da licitante, de pelo menos 01 (uma) unidade de cada dos seguintes itens: **1, 3 a 6 e 8 a 28**.

## **10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO**

10.1. A entrega dos materiais deverá ser agendada com a Coordenação de Manutenção pelo telefone (84) 3221-3355 e deverá ocorrer no Almoxarifado da STU-NAT, que tem acesso pela rua Chile, Ribeira, Natal, RN;

- 10.2. O horário de atendimento é de 08h às 11:30h e de 13h às 16:30h;
- 10.3. O material será recebido da seguinte forma:
- 10.4. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações;
- 10.5. Definitivamente, no prazo máximo de 3 (três) dias, após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, a não ser que identificada inconsistência no material;
- 10.6. O atraso injustificado na entrega do material, autoriza a CBTU-STU-NAT, a seu critério, declarar rescindido o contrato podendo punir a empresa contratada com sanções legais e previstas no instrumento convocatório;
- 10.7. O recebimento definitivo dos materiais, objetos deste Termo de Referência, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da normal utilização do equipamento pela CBTU-STU-NAT;
- 10.8. Dependendo da disparidade das especificações dos materiais, e do dano que poderá advir a equipamento no qual serão aplicados, o contrato poderá ser rescindido, com aplicação das sanções previstas no edital;
- 10.9. Para os itens do **grupo 1** (com exceção do item 28), no momento do fornecimento deve apresentar documentação comprobatória da procedência e originalidade das peças ofertadas, bem como da possibilidade de seu fornecimento regular. Para fins de comprovação serão aceitos os seguintes documentos:
- I - Declaração da fabricante do equipamento ou de seu representante oficial informando que a CONTRATADA integra sua rede de distribuição ou está autorizado a comercializar os produtos;
  - II - Declaração ou documento emitido por distribuidor autorizado da fabricante, indicando que fornece regularmente as peças originais à CONTRATADA;
  - III - Documentação que comprove a cadeia regular de fornecimento, tais como notas fiscais de aquisição junto à fabricante ou distribuidor autorizado, para todos os itens sendo entregues;
- 10.10. A ausência de comprovação satisfatória da procedência poderá ensejar recusa do material apresentado para fornecimento;
- 10.11. No momento do fornecimento, todas as peças deverão apresentar código de identificação (*part number*) correspondente ao catálogo oficial da fabricante, bem como **embalagem original da fabricante lacrada**, contendo identificação da fabricante, código do produto, **número de lote** e demais elementos permitam rastreabilidade;
- 10.12. A CBTU-STU-NAT poderá, a qualquer tempo, consultar a fabricante do equipamento ou seus representantes oficiais para verificação da autenticidade das

peças fornecidas, mediante análise de código, lote ou documentação apresentada;

10.13. O fornecimento de peça não original ou com procedência não comprovada será considerado descumprimento contratual grave, configurando portanto **falta grave**, cujas penalidades estão previstas no tópico sobre sanções mais adiante.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

### **11.1. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA:**

11.1.1. Comunicar à CONTRATANTE por escrito em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a entrega dos materiais, prestando os esclarecimentos julgados necessários;

11.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desse Termo de Referência, que venham a ser solicitados por GESTOR ou FISCAL designados pela CONTRATANTE;

11.1.3. Entregar à CONTRATANTE, dentro dos prazos previstos e respondendo por todos os ônus referentes ao fornecimento, os materiais em quantitativo e referência de **marca/modelo idênticos ao definido na apresentação de proposta definitiva na licitação**, alocando para esse fim, pessoal idôneo, sendo que seu recebimento definitivo só será concluído após aprovação e ateste pela FISCALIZAÇÃO do instrumento contratual. Divergências quanto à referência de marca/modelo entregue em relação ao definido na **proposta final** condicionam a aceitação do material à aprovação, pela FISCALIZAÇÃO;

11.1.4. A CONTRATADA deverá se encarregar pelo carregamento, transporte, e descarregamento dos materiais no ato da entrega, devendo arcar/responder por danos de qualquer natureza e ocasionados por ação, omissão dolosa ou culposa de seus empregados/contratados, no decorrer desses processos, entre os quais: avarias causadas aos materiais a serem entregues ou ao patrimônio da CONTRATANTE; e acidentes com empregados da própria CONTRATANTE e da CONTRATADA;

11.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE;

11.1.6. Substituir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE, sem ônus adicional para a CBTU/STU-NAT, o material em que se verifiquem imperfeições, inconformidade com a especificação, condição outra exigida neste TR ou danos em decorrência do transporte, vícios, defeitos de fabricação ou incorreções verificadas em análise, durante o recebimento ou na sua aplicação, como também durante todo o período da garantia;

### **11.2. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE:**

11.2.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com os prazos

estabelecidos e forma convencionada no Termo de Referência;

11.2.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre qualquer ocorrência considerada irregular na entrega dos materiais, bem como sobre quaisquer defeitos ou imperfeições observadas, fixando prazos para adoção das providências cabíveis;

11.2.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-se a ampla defesa;

11.2.4. Receber e atestar os documentos das despesas, quando comprovado o fornecimento de forma correta, conforme constante neste Termo de Referência;

11.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência e seus anexos.

## **12. DA GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO**

12.1. A CBTU designará um GESTOR e um FISCAL, sendo suas deliberações apontadas para o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

12.2. A CONTRATADA designará um representante, responsável pela entrega e demais ações, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, com autonomia e conhecimento técnico para dirimir quaisquer inconformidades e/ou esclarecimentos que tenha a FISCALIZAÇÃO, que se faça necessário durante a duração do instrumento contratual;

12.3. A FISCALIZAÇÃO comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências que forem verificadas no material entregue, para correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

12.4. A FISCALIZAÇÃO conduzirá eventuais processos de sanções gerados por má qualidade nos materiais entregues.

## **13. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA**

Para essa licitação o critério de escolha da proposta vencedora será o de **menor preço**.

## **14. DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO**

O procedimento de licitação a ser adotado será o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, sendo a **Ata de Registro de Preços** gerada válida por **12 (DOZE) MESES**.

## **15. REGIME DE EXECUÇÃO**

A execução ocorrerá por meio de notas de empenho emitidas durante a validade da Ata de Registro de Preços, caracterizando **regime de execução sob demanda**.

## **16. DA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO, E SOCIEDADE COOPERATIVA**

Devido à baixa complexidade do objeto, não se aplica.

## **17. DA GARANTIA**

17.1. Será considerado período legal de **90 (NOVENTA) DIAS** para cobertura por garantia contra defeitos de fabricação (vício e defeitos dimensional e de material), a partir da data de recebimento, salvo se fabricante da peça indicar período maior (nesse caso deverá ser seguida garantia mínima da fabricante);

17.2. A CONTRATADA será responsável por qualquer erro no fornecimento de itens (em desacordo com a solicitação da CONTRATANTE), arcando com as despesas referentes à nova aquisição;

17.3. Os eventuais problemas cobertos pela garantia serão solucionados pela CONTRATADA sem qualquer ônus para a CBTU/STU-NAT;

17.4. Os componentes avariados durante o período de garantia que necessitarem ser reparados deverão ser retirados pela CONTRATADA nas instalações da CONTRATANTE, às suas custas (da CONTRATADA).

## **18. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

18.1. A proposta de preço final deverá ser apresentada em papel personificado do fornecedor com o preço unitário e total do material, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone, e-mail, descrição detalhada do objeto, quantidade, tipo de entrega (CIF);

18.2. Deverão estar incluídos nos preços unitários propostos, todos os custos de transporte até o almoxarifado (frete) da CBTU-NAT, acondicionamento, embalagem e descarregamento no ato da entrega dos materiais e demais despesas correlatas. Deverão também estar incluídos, nos preços unitários propostos, o lucro da proponente, impostos, e taxas que direta e indiretamente incidam no fornecimento;

18.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo **60 (SESSENTA) DIAS**.

## **19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado por intermédio de fatura emitida pela CONTRATADA, através da mesma Pessoa Jurídica (mesmo CNPJ) que apresentou proposta nesta licitação, depois de verificada e aceita pela FISCALIZAÇÃO da CBTU/STU-NAT. No corpo da Nota Fiscal deverá ser informado o valor referente ao Recolhimento para a Seguridade Social, ISS, bem como, o Banco, Agência e Conta Corrente para depósito bancário;

19.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das comprovações: da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

19.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 30 (TRINTA) DIAS, contados da data de sua

apresentação no Protocolo Geral da CBTU/STU-NAT;

19.4. Todos os pagamentos serão efetuados pela CBTU/STU-NAT, através de Ordem Bancária com crédito e em conta corrente da CONTRATADA, que deverá indicar em seus documentos de cobrança (notas fiscais-faturas), seus dados bancários, não sendo aceito sob qualquer pretexto cobrança bancária e/ou títulos negociados com *factoring*;

19.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

19.5.1. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nas faturas emitidas pela CONTRATADA, a mesma será notificada, por escrito pela CBTU/STU-NAT a fim de que sejam procedidas as devidas correções e o prazo de pagamento será interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento no protocolo geral da CBTU/STU-NAT dos documentos devidamente corrigidos;

19.6. Deverá haver retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando o contratado:

19.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

19.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.7. Na hipótese de inadimplemento da obrigação, por fato não imputável à CONTRATADA e alheio à vontade da CBTU/STU-NAT, devidamente justificada, a fatura em atraso será paga no primeiro momento possível;

19.8. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela ADMINISTRAÇÃO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

*I* = Índice de atualização financeira;

*TX* = Percentual da taxa de juros de mora anual;

*EM* = Encargos moratórios;

*N* = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

*VP* = Valor da parcela em atraso.

19.9. Para a atualização monetária dos valores devidos por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais pela CBTU/STU-NAT, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, “*pro rata die*”.

## 20. DAS SANÇÕES

20.1. Pelo atraso na entrega dos materiais, por item, a contratada ficará sujeita ao pagamento de multas cumulativas, sobre o valor contratado através do instrumento contratual emitido pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

- a) Multa diária de 0,2%: Até o 15º dia de atraso;
- b) Multa diária de 0,5%: Do 16º ao 30º dia de atraso.

20.2. O atraso injustificado na entrega do objeto, superior a 30 (trinta) dias, caracteriza a inexecução do contrato, ensejando a sua rescisão;

20.3. Quando o material entregue for rejeitado pelo GESTOR e FISCAL do instrumento contratual, designados pela CONTRATANTE, o fornecedor ficará sujeito às mesmas multas por atraso citadas no *subtópico 20.1* até a entrega do material substituto, caso ocorra a solicitação de troca;

20.4. As multas serão cobradas mediante desconto nos recebimentos a que a CONTRATADA tiver direito. Na hipótese de o valor da multa ser superior a esse recebimento, obriga-se a CONTRATADA a pagar a diferença no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação através de Guia de Recolhimento da União - GRU, fornecida pela CONTRATANTE. Findo o prazo, esta diferença será cobrada em processo de execução, a cujo principal serão acrescidos juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, contados da citação, custas judiciais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) do sobre o valor da condenação;

20.5. Excluídas as hipóteses de caso fortuito e/ou força maior, a CBTU poderá cobrar da CONTRATADA, quando da rescisão por culpa desta, multa no valor de 10% (dez por cento) do valor remanescente atualizado do instrumento contratual;

20.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, poderá nos termos do art. 83 da Lei 13.303/2016, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar ainda, à CONTRATADA, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

20.7. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do instrumento contratual, ou todas as sanções relacionadas neste Termo de Referência serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

Responsável pela elaboração:

---

Igor Cavalcanti de Lima Bernardino  
**ANT - Engenheiro Mecânico**

Responsável pela aprovação:

Ratificação do centro gestor:

---

Diogo Anthunes Pereira de Oliveira  
**COMAN-STU/NAT**

---

George de Brito Pinheiro  
**GIOPE-STU/NAT**